REVISTA DO CREA-ES

Tópicos

ANO XI - Nº 55
OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO - 2010

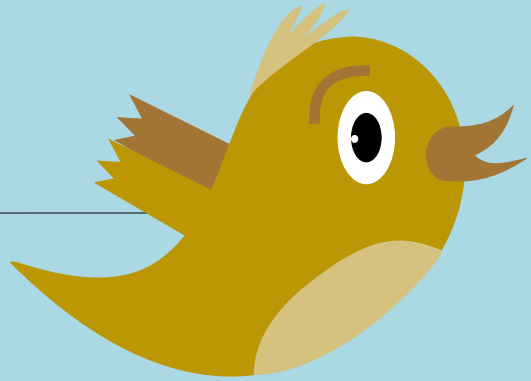
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Impresso Especial
9912199445/2008-DR/ES
CREA-ES
CORREIOS

SANEAMENTO AMBIENTAL

O caminho é longo, mas ações do Governo apontam para a universalização dos serviços

CREA-ES
rumo aos 50 anos!



Siga
www.twitter.com/creaes

50 anos
CREA-ES
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Rádio CREA ES
24 horas no ar

Mais um presente pra você nesses 50 Anos do Crea-ES.

OUÇA, CURTA, APROVEITE!

www.creaes.org.br

50 anos
CREA-ES
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

comercial@esengenhariaeinspecao.com.br
(27)3257-1568 / (27)9936-6607 / (27)8133-5590

ENGENHARIA, INSPEÇÃO E SOLUÇÕES
ES ENGENHARIA E INSPEÇÃO

Soluções em Engenharia de Equipamentos

- INSPEÇÃO INDUSTRIAL
- INDÚSTRIA DO MÁRMORE E GRANITO(NR-11)
- AUDITORIA PARA ENQUADRAMENTO À NR-10, NR-11 E NR-13
- INSPEÇÃO E SERVIÇOS COM TÉCNICA DE ALPINISMO
- ADEQUAÇÃO E ATENDIMENTO A NORMA NR-13
- CONFECÇÃO E RECONSTITUIÇÃO DE PRONTUÁRIOS CONFORME NR-13
- ENQUADRAMENTO DE EQUIPAMENTOS ÀS NORMAS BRASILEIRAS
- AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E PREVISÃO DE VIDA REMANESCENTE
- REALIZAÇÃO DE TESTE DE CARGA CONFORME NR-11

ARACRUZ | LINHARES | VITÓRIA | COLATINA | CACHOEIRO
www.esengenhariaeinspecao.com.br

abraman
associação brasileira de manutenção
Filial IX (ES)

XXII Seminário Espírito Santense de Manutenção

03 a 06 MAIO 2011
CENTRO DE CONVENÇÕES DE VITÓRIA

CHAMADA DE TRABALHOS TÉCNICOS

A **ABRAMAN** convida os profissionais que atuam na área de **MANUTENÇÃO** a inscrevem seus trabalhos para apresentação no **XXII SEMINÁRIO ESPÍRITO SANTENSE de MANUTENÇÃO**, a realizar-se no período de 03 a 06 de maio de 2011, no Centro de Convenções de Vitória - ES.

REGULAMENTO E PRAZOS DE INSCRIÇÃO

Para inscrição, análise, seleção e aprovação, os trabalhos deverão ser enviados para a sede da ABRAMAN Regional ES, rigorosamente nos prazos abaixo:

Até 28/01/2011 - Envio de resumo com no máximo 1 (uma) página digitada (aproximadamente 30 laudas), definindo claramente o escopo do trabalho, contendo o título do trabalho e os seguintes dados: Nome, CPF, Endereço completo, Telefone, Email para contato.

Até 18/02/2011 - Informe aos autores dos resumos selecionados e solicitação para elaboração do trabalho conforme instruções que serão encaminhadas junto com a comunicação.

Até 18/03/2011 - Envio do trabalho elaborado conforme instruções anteriores, em CD e duas cópias impressas.

XVII EXPOMANES EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO

Últimos estandes à venda

abraman
associação brasileira de manutenção
Filial IX (ES)

REALIZAÇÃO
Rua Capitão Somingos Corrêa Rocha, 80 Ed. Master Place, Sl 713 - Santa Lúcia, Vitória/ES. CEP: 29047-602
Telefax: (27) 3225 - 3009
abraman.vix@terra.com.br

ilha de eventos

INFORMAÇÕES
(27) 3315.1754 | 3315.6993
www.ilhadeeventos.com.br
R. Desembargador Sampaio, nº 167
abraman@ilhadeeventos.com.br

Meio século de vitórias.
O mérito é todo seu.

Respeito, Trabalho, Confiança e Desenvolvimento

50 anos

CREA-ES

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

50 anos
CREA-ES
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Diretoria

Presidente
Eng. Civil e de Seg. Trab. Luis Fiorotti
1º Mandato: 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008
2º Mandato: 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011
1ª vice-presidente
Téc. em Edificações e Arquiteta e Urbanista Rosimara Pimentel
2º vice-presidente
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques
Diretor Administrativo
Eng. Eletricista e de Seg. Trab. Áureo Buzatto
Diretor Financeiro
Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini
Vice-diretor Administrativo
Eng. Agrônomo e de Seg. Trab. Álvaro João Bridi
Vice-diretor Financeiro
Arquiteto e Urbanista Douglas Cerqueira Gonçalves
Câmaras
Engenharia Civil
Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira
Engenharia Agronômica
Eng. Agrônomo Valter José Matielo
Arquitetura
Arquiteto e Urbanista André Luiz de Souza
Engenharia Industrial
Eng. Mecânico Fábio Calmon Mantovanelli
Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Ivan Pierozzi
Engenharia de Segurança do Trabalho
Eng. Mecânico e de Seg. Trab. Guilherme Emanuel Costa Laux

Agências
Vitória (27) 3134-0000
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781
Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929
Guarapari (27) 3362-3028

Tópicos

Conselho Editorial
Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti
Téc. em Edificações e Arquiteta e Urbanista Rosimara Pimentel
Arquiteto e Urbanista Douglas Cerqueira Gonçalves
Jornalista Alcione Vazzoler
Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca
Eng. Civil José Márcio Martins

Gerente de Relacionamento
Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagens
Márcio Scheppa

Equipe de Comunicação do Crea-ES
Camila Soares, Carolina Rocha Alvarenga, Derkian Mendes,
Érica Signorelli e Isadora Fialho Nicolao

Fotos
Crea-ES, Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan),
Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Colatina

Foto de capa
Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan)

Projeto Gráfico
Ivan Alves (MTb 28/80)

Editoração Eletrônica
Adriano Uliana

Impressão
Posigraf

Revista do Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-662
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644
email: creaes@creaes.org.br - www.creaes.org.br

Índice

SANEAMENTO AMBIENTAL
Universalização dos serviços de saneamento é importante meta do Governo capixaba 14

Crea-ES caminha em direção à certificação do Gespública 6
Técnicos Agrícolas comemoram um século de profissão 8
Conselheiro do Crea-ES lança livro sobre Engenharia de Avaliação 10
Crea e Sedu realizam encontro de coordenadores de cursos técnicos 11
Dicionário traz mais de 5.500 verbetes 12
Encontro das turmas de Engenharia de 1981 a 1983 12
Sinttel apresenta projeto de livro que resgata memória do Sindicato 12
Erea Vila Velha 2011 13
Propostas do Crea-ES para o Governo 13
Nova carteira profissional não terá mais prazo de validade 13
Feira do Verde - Construindo um Mundo Sustentável 25
SEE completa seis décadas em defesa da valorização profissional 26
Entrevista - Governador eleito do ES Eng. Florestal Renato Casagrande 28
Crea e Ministério Público firmam parceria para garantir acessibilidade 30

Crea-ES caminha em direção à **certificação** do Gespública

Programa impõe uma série de metas a cumprir

O Crea-ES é reconhecido por investir constantemente na melhoria dos seus serviços visando superar as expectativas e atender aos anseios da sociedade, das empresas e profissionais da área tecnológica que atuam no Espírito Santo. A instituição é referência para os demais Creas do país e foi a primeira a obter o Certificado de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 em todos os seus serviços. Merece destaque também as iniciativas do Crea-ES relacionadas à responsabilidade social como o Programa de Engenharia e Arquitetura Social, além do engajamento do Conselho em temas como a garantia da acessibilidade, cuidados com o meio ambiente e a instalação de ciclovias.

A próxima etapa é a certificação no Gespública. Trata-se de um programa nacional sugerido pelo Governo Federal e que determina uma série de metas de gestão pública. As instituições que cumprem as metas e demonstram estar comprometidas têm direito ao certificado do programa.

Ferramentas importantes já utilizadas pelo Crea-ES como o planejamento estratégico e outras iniciativas de modernização da gestão se configuram como passos importantes para que a instituição conquiste a certificação do Gespública, garantindo assim maior competitividade, demonstrando aos profissionais, empresas registradas e sociedade, o comprometimento com os resultados.

Outras medidas importantes foram adotadas pela atual gestão do Crea-ES, como explica o presidente da instituição, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti: "Assinamos um termo de cooperação técnica com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS) que tem comprovada experiência nas questões relacionadas ao Gespública.

Palestra ministrada pelo Consultor do Crea-RS e Coordenador Geral do Gespública no Sistema Confea/Crea Eng. Luiz Carlos Dias Garcia

O objeto do pacto de mútua cooperação é o desenvolvimento das duas instituições e a otimização dos procedimentos para a melhoria na prestação de serviços e capacitação profissional dos funcionários, entre outras ações", afirmou.

Para que outros Creas do país avancem neste caminho, o Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea elaborou um projeto de assessoria da gestão dos Creas, visando a implementação do Planejamento Estratégico, do Plano Diretor de Informática (PDTI) e das ferramentas que promovem o Modelo de Excelência da Gestão Pública - MEGP, visando a certificação no Gespública. "O crescente aumento das exigências do mercado e da sociedade impele a uma maior eficiência do setor público no Brasil. O setor público brasileiro tem sido pressionado pela sociedade a reduzir seus custos por meio do aumento da produtividade (fazer mais, gastando menos) e pela qualificação de seus gastos (fazer mais, gastando melhor). O resultado esperado é o aumento da eficiência da máquina pública e o aumento da qualidade do serviço público prestado ao cidadão", traz o texto de justificativa do documento.

A medida reforça o disposto no decreto Nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005 - que instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.

Ações - O Crea-ES recebeu no último dia 14 de outubro o assessor técnico do Crea-RS, Eng. Luiz Carlos Garcia que conduziu um workshop de apresentação do Programa Gespública.

Para conhecer melhor as ações relacionadas à Gestão Pública, os consultores do Conselho Eng. Eletricista Ernani de Castro Gama e o Arquiteto Kleber Brandão de Brandão estiveram em Brasília no último dia 24 de novembro, participando do Seminário das Boas Práticas de Gestão (PQGF).

O Seminário antecedeu a entrega do Prêmio Nacional da Gestão Pública, que tem como finalidade destacar, reconhecer e premiar as organizações públicas que comprovem alto desempenho institucional com qualidade em gestão.

A próxima ação programada pelo Crea-ES é a assinatura do termo de adesão ao Gespública, marcada para o próximo dia 20 de dezembro.

Outra iniciativa será a revisão do Planejamento Estratégico do Crea-ES, agendada para os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2010.

Além destas, uma série de outras ações integram o cronograma de implantação do Gespública no Crea-ES.

Em reunião com o presidente Fiorotti, o Consultor do Crea-RS, Eng. Luiz Carlos Dias Garcia (à direita) detalhou as principais metas a serem cumpridas para garantir a certificação do Gespública

Confira os principais benefícios para a instituição

- Uniformizar os procedimentos operacionais no atendimento e prestação de serviços;
- Melhoria no atendimento e disponibilização de novos serviços no âmbito do Crea;
- Manutenção e melhoria no atual estágio de Qualidade do Regional;
- Reconhecimento dos Profissionais, Empresas e da Sociedade nos Serviços prestados;
- Reconhecimento no Sistema Confea/Crea e Mútua, no âmbito da Qualidade Total;
- Melhoria da auto-estima dos colaboradores, por pertencerem a uma organização Certificada pelo Gespública;
- Adequação a Instrução Normativa 04/2008 do Ministério do Planejamento;
- Adoção do PDTI alinhado as estratégias do Crea;
- Incremento da visibilidade e transparência perante a sociedade e
- Inserção do Crea na mídia.

(Fonte: Colégio de Presidentes do Confea/Crea)

Técnicos Agrícolas **comemoram** um século de profissão

Os profissionais da área tecnológica associados ao Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo (Sintaes) e da Associação dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo (Ataes) estiveram reunidos no último dia 6 de novembro, numa chácara localizada no município da Serra, para o XII Encontro Estadual dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo. Na oportunidade foram comemorados os 100 anos da profissão no Brasil.

Para a abertura do evento foi realizado um momento de fé, agradecimento e celebração conduzido pelo padre Robson que lembrou da importância dos Técnicos Agrícolas para a produção de alimentos de melhor qualidade e o cuidado que estes profissionais devem ter com o meio ambiente.

"Nosso tempo ainda é marcado por desmatamento, destruição da natureza e poluição. A palavra de Deus nos convida a pensar e tomar uma nova atitude em relação ao meio ambiente. Temos que pensar no tempo do relacionamento entre nós. Esta celebração só será plena e satisfatória se dedicarmos um tempo a cuidar. Tenho certeza que esta é uma bandeira dos Técnicos Agrícolas: o cuidado com a Terra", disse o sacerdote.

Na sequência os profissionais presentes puderam conferir um vídeo comemorativo repleto de depoimentos de profissionais renomados, autoridades políticas e Técnicos Agrícolas pioneiros no estado como a Técnica Agrícola Rozeli Coelho Silva, formada na turma de 1959 da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, atual UFV; e o Técnico Agrícola Antonio Angelo Zurlo, da turma de 1954 da Escola Agrotécnica do Espírito Santo, atual Ifes - Campus de Santa Teresa.

Solenidade - Além da senhora Rozeli Silva e do senhor Antonio Zurlo, já citados, compuseram a mesa solene o presidente do Sintaes, Técnico Agrícola Antônio Carlos Balbino; o presidente da Ataes, Técnico Agrícola Vitalino Fermo; o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti; o vice-prefeito de Rio Novo do Sul e 1° Técnico Agrícola honorífico do Espírito Santo João Batista Martins; o presidente do Sindipúblicos, Gerson Correia de Jesus; o prefeito de Pinheiros, Técnico Agrícola Antonio Carlos Machado; o presidente da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC), Técnico Agrícola Rolmar Botechia; o presidente da Cooperativa de Serviços Técnicos Agrícolas (Cooptagri), Técnico Agrícola Joelson Parajara; e o presidente da Força Sindical, Alexandre Martins.

"A produção de alimentos com qualidade e quantidade para atender a população brasileira e ainda para a exportação é uma realidade graças ao empenho dos técnicos agrícolas. Nossa profissão é também importante por gerar emprego e renda, além de permitir que os jovens permaneçam no

campo atuando em várias frentes, inclusive como pesquisadores, cooperativistas e empreendedores", destacou o presidente do Sintaes, Técnico Agrícola Antônio Carlos Balbino.

Os desafios enfrentados pelos profissionais da área e a organização da categoria foram lembrados pelo Técnico Agrícola Vitalino Fermo. "A história da nossa profissão é marcada, em geral, por muitas dificuldades. São muitos os filhos de pequenos produtores agrícolas ou meeiros que ainda muito jovens deixam seus lares para aprenderem uma profissão que requer muita dedicação. Hoje somos reconhecidos como uma das categorias mais organizadas do país, que conta com cerca de 250 mil técnicos agrícolas", disse o presidente da Ataes.

Mais de uma dezena de profissionais foram homenageados por contribuirem com os avanços da categoria dos Técnicos Agrícolas, entre eles o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti. "Os Técnicos Agrícolas são profissionais que planejam e executam um trabalho fundamental para o crescimento econômico do Espírito Santo, além de darem apoio às famílias rurais. Parabéns ao Sintaes e à Ataes pela excelente atuação em defesa da valorização profissional dos Técnicos Agrícolas, juntamente com o Crea-ES. Merece destaque também a contribuição das instituições de ensino, em especial o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)", agradeceu o presidente Fiorotti.

A programação do Encontro contou ainda com homenagens a vários profissionais

Centenário da profissão - O marco inicial da profissão data de 1910 quando foi inaugurada a Escola Técnica de Agricultura (ETA), em Viamão, no estado do Rio Grande do Sul. Os formandos recebiam o título de "capataz agrícola", a primeira denominação do atual "técnico agrícola".

A maioria dos frequentadores da ETA eram filhos de agricultores que ao final do curso tinham que apresentar um trabalho que tratasse de temas agropecuários relativos à cidade de origem do estudante.

Já em 1941 foi fundada a primeira entidade da categoria profissional no Brasil. Trata-se da Associação dos Técnicos Rurais do Rio Grande do Sul. "Técnico Rural" foi a segunda denominação da profissão e era esta a formação de um dos brasileiros mais ilustres da política nacional, o ex-governador do Rio Grande do Sul, ex-governador do Rio de Janeiro e fundador do PDT, Leonel de Moura Brizola, falecido em junho de 2004, aos 82 anos.

A profissão de Técnico Agrícola só foi assim denominada oficialmente com a Lei Nº 5.524 de 1968, promulgada pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva. Por isso, todo 5 de novembro é comemorado o dia do Técnico Agrícola (Fonte do histórico: Sintaes).

Sorteio de um carro zero

Os sindicalizados em dia com suas obrigações estatutárias presentes no XII Encontro Estadual dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo concorreram a vários prêmios. O primeiro sorteio foi entre os profissionais com cinco a 15 anos de sindicalizados. O sortudo foi o Técnico Agrícola Dimas Piontkovsky que levou para casa um notebook.

Já o televisor de plasma foi sorteado entre os profissionais com mais de 15 anos de sindicalizados que estavam no evento. O ganhador foi o Técnico Agrícola Aucélio Lamão Nazarino.

Uma poltrona reclinável foi o terceiro prêmio sorteado. Desta vez para os profissionais já aposentados. O 1° Técnico Agrícola do Espírito Santo, o senhor Antonio Angelo Zurlo levou a poltrona do "vovô" para casa.

Agora o momento de maior expectativa foi o bingo de um carro Fiat Uno zero KM. Cada Técnico Agrícola sindicalizado presente recebeu uma cartela. Quem saiu dirigindo o carro novo foi o Técnico Agrícola Evandro Braga Nunes, do município de Água Doce do Norte.

"O evento contou com o poio e patrocínio de importantes instituições e empresas de técnicos agrícolas. Essas parceiras foram decisivas para o brilhantismo e sucesso que sempre caracterizaram os encontros da categoria no Espírito Santo", informou Balbino.

Conselheiro do Crea-ES lança livro sobre Engenharia de Avaliação

A programação em comemoração aos 50 anos do Crea-ES contou com mais um importante evento no dia 21 de outubro, na Livraria Logos, em Bento Ferreira, Vitória-ES, quando foi realizado o lançamento do livro "Avaliação de Bens – Princípios Básicos e Aplicações", de autoria do Eng. Civil e conselheiro do Crea-ES Radegaz Nasser Júnior.

A noite de autógrafos foi prestigiada por autoridades profissionais e políticas. "O lançamento desta obra é um orgulho para os profissionais da engenharia do Espírito Santo e do país. É uma honra poder integrar este lançamento com as comemorações do Jubileu de Ouro do Crea-ES comemorado este ano. O livro é importante para os profissionais que já atuam no mercado de avaliação e também para os futuros profissionais da área", elogiou o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

O vereador de Vitória, Eng. Esmael de Almeida também apontou a importância da iniciativa. "O Engenheiro Radegaz é reconhecido nacional e internacionalmente por sua contribuição à engenharia de avaliações. Tenho certeza que as informações atualizadas contidas nesta obra serão de grande ajuda para os estudantes", acredita.

Na introdução do livro, o Eng. Radegaz explica que o objetivo foi o de juntar o que existe de princípios básicos em avaliação de bens. "Não apresentamos uma receita de bolo, e sim conceitos e dados para que possamos nos aprofundar neste vasto campo, que é o de avaliação de bens. Procuramos fazer uma apresentação a mais prática possível, evitando-se prolixidade nos assuntos e apresentando bibliografia que entendemos ser útil para aprimoramentos dos estudos. O texto foi modelado para atender às necessidades de diversas áreas, apresentados de maneira gradual, para facilitar o aprendizado e motivar o leitor", explica o autor.

Sobre o autor - Formado em Engenheira Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Radegaz Nasser Júnior é também Engenheiro de Segurança pelo convênio Fundacentro/Ufes, Máster Universitário Internacional em Ingeniería de la Tasación y Valoración pela Universidad Politécnica de Valencia - Espanha. Professor em diversos cursos de extensão em Avaliação de Bens, Professor em Cursos de Pós graduação em Avaliação de Imóveis Urbanos, Professor em curso de especialização na Fundec - Fundação de Engenharia Civil do IST - Instituto Superior Técnico de Lisboa - Portugal.

Avaliação de Bens
Princípios Básicos e Aplicações

Autor: Eng. Civil Radegaz Nasser Júnior

Disponível na Logos Livraria
Telefone: (27) 3137-2582
Preço sugerido: R$ 53,00

Crea e Sedu realizam encontro de coordenadores de **cursos técnicos**

O presidente Fiorotti participou da abertura do evento

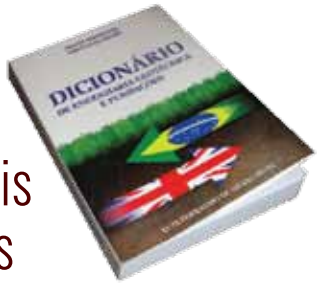
Resultado do termo de compromisso assinado entre a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), foi realizado no último dia 4 de novembro, no auditório da Sedu, o "Encontro de Coordenadores de Cursos Técnicos que demandam registro no Crea-ES".

A subsecretária de Estado da Educação, professora Adriana Sperandio e o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti abriram o evento relembrando a importância do ensino técnico público de qualidade e apontaram os objetivos do termo de compromisso assinado.

"Em junho deste ano tivemos a honra de receber no Crea-ES o secretário de Estado da Educação, Haroldo Correa Rocha, para a assinatura de um protocolo de intenções entre o Governo do Espírito Santo, por intermédio da Sedu, e o Crea-ES. A iniciativa visa estabelecer as condições e soluções educacionais e tecnológicas necessárias para agilizar os processos referentes à aprovação de cursos técnicos de nível médio ofertados pela Rede Pública de Ensino do Espírito Santo, bem como aproximar as duas instituições em benefício do interesse público", resumiu Fiorotti.

O evento foi coordenado pela gerente de Educação Profissional da Sedu, professora Maria Aidê Roldi Freire de Matos e pela técnica da Educação Profissional da Sedu, professora Jandira Maria Silva de Vasconcelos. Na oportunidade os consultores do Crea-ES, Arquiteto Kleber Brandão de Brandão e o Eng. Eletricista Orlando Zardo Júnior explicaram detalhes sobre a estrutura, legislação e funcionamento do Sistema Confea/Crea, além de terem apontado as etapas que devem ser seguidas durante o processo de registro de instituições de ensino.

Ao final da reunião foram entregues exemplares do livro e do catálogo "Crea-ES 50 Anos - Uma História da Engenharia no Espírito Santo" para serem disponibilizados nas bibliotecas de escolas públicas estaduais. A obra de autoria do jornalista Adilson Vilaça e edição do escritor Maciel Aguiar é uma homenagem ao Jubileu de Ouro do Crea-ES comemorado em 2010.



Dicionário traz mais de 5.500 verbetes

Publicado pelo Eng. Civil Luis Fernando Neves, o Dicionário Inglês-Português Português-Inglês de Engenharia Geotécnica e Fundações tem como objetivo auxiliar o profissional ou estudante de engenharia que tem a necessidade de ler ou escrever material técnico-didático em inglês.

Com 432 páginas e mais de 5500 verbetes em cada língua, o dicionário é estruturado de modo simples e inteligente, fornecendo não apenas a tradução do verbete procurado, mas também inúmeras palavras correlacionadas a ele.

No final do livro, são apresentadas listas com 30 classificações de solos, 128 tipos de rocha, mais de 1300 nomes de minerais, elementos químicos, nomes comerciais dos diversos tipos de quartzo e uma lista de 41 materiais de laboratório para ensaios geotécnicos.

O autor, que já publicou artigos e outros dois livros relacionados à área tecnológica, é graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos (USP) em 2000 e concluiu mestrado em 2003 pela mesma escola.

O livro pode ser adquirido pela internet, no site www.dicionariogeotecnico.com.br

Encontro das turmas de Engenharia de 1981 a 1983

Os profissionais da engenharia civil, mecânica e elétrica formados nos anos entre 1981 e 1983 se reunirão num Encontro de fim de ano.

O evento será realizado no dia 29 de dezembro, a partir das 18h, no restaurante Deboni's, na praça do Papa, em Vitória.

O objetivo do encontro é reunir os profissionais para uma confraternização. Para participar, os interessados devem contribuir com o valor de R$ 50,00. O pagamento deverá ser feito via depósito na conta-poupança do organizador do evento Paulo Nicoláo (Conta n° 143.681-3 / Ag. 4726-0 / Variação 1). Após o pagamento, é indispensável o envio do comprovante de depósito para paulonicolao@uol.com.br

Informações
Paulo Nicolao - (27) 9982-9277 - paulonicolao@uol.com.br
Jose Tasso - (27) 9982-7001 - jtassop@correios.com.br

Sinttel apresenta projeto de livro que resgata memória do Sindicato

O presidente do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES (Sinttel-ES) Nilson Hoffman esteve reunido no Crea-ES, no último dia 19 de outubro, com o presidente do Conselho Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

Na ocasião, o representante do Sinttel apresentou a Fiorotti o projeto do livro "A Trajetória de Pessoas Incríveis na História do Sinttel-ES", previsto para ser lançado na segunda semana de dezembro.

Segundo Hoffman, o produto impresso do projeto de Resgate da Memória do Sinttel é um livro cuja forma e conteúdo é pioneiro no movimento sindical do Espírito Santo. "É preciso contar e registrar a história dos trabalhadores sob o ponto de vista dos trabalhadores", diz a justificativa do projeto.

A publicação traz uma pesquisa histórica, contextualizando a trajetória do Sinttel com o desenvolvimento econômico do País, Estado e o setor; envolvendo as lutas, os embates, as negociações que culminaram em vitórias e derrotas para a categoria, mostrando o crescimento da instituição e sua evolução.

O projeto relata ainda que, neste resgate, o Sindicato fez parte da vida política e econômica dos trabalhadores capixabas, seja conquistando direitos e garantias sociais, seja organizando ou participando dos movimentos e ações político-sindicais acontecidas durante esses 40 anos.

O presidente do Sinttel-ES foi presenteado com um exemplar do livro "Crea-ES 50 Anos - Uma História da Engenharia no Espírito Santo

Erea Vila Velha 2011

Com a intenção de ampliar a discussão sobre o ensino, pesquisa e contribuir para a formação humana e profissional dos estudantes de arquitetura, a Comissão formada por estudantes de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Faculdade Brasileira Univix e Universidade de Vila Velha (UVV) estará realizando o XIV Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo – Erea Vila Velha 2011 - Regional Leste.

O evento que será realizado de 20 a 25 de abril de 2011, em Vila Velha, é um projeto sócio-cultural da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (Fenea) que envolverá as regiões do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (com exceção do Triângulo Mineiro) que compõem o regional Leste da Federação, sendo aberto à participação de estudantes de todo o Brasil.

O Erea Vila Velha 2011 tem como principais objetivos promover a integração entre os estudantes da regional e criar um intercâmbio de experiências e conhecimentos. A programação do encontro conta com atividades que promovem efetivamente essa troca como: oficinas, palestras, debates, conselhos estudantis, visitas guiadas, vivências, além do Congresso de Iniciação Científica em Arquitetura e Urbanismo (Cicau).

A partir do mês de janeiro, os interessados poderão acompanhar no site da Fenea www.fenea.org e no blog do encontro www.erea2011vilavelha.blogspot.com, a data de inscrição.

Propostas do Crea-ES para o Governo

Nos dias 30 de agosto e 2 de setembro, no auditório do Crea-ES, foram entregues exemplares do documento "Visão de Estado para o Espírito Santo - Propostas do Crea-ES 2011 a 2015" para os então candidatos ao cargo de Governador do Estado, nas eleições 2010, entre eles o agora Governador eleito, Eng. Florestal Renato Casagrande.

Na oportunidade, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti apresentou um breve resumo do documento, que traz propostas para áreas como saneamento básico, meio ambiente, construções públicas, transportes, mobilidade urbana, setor agrícola e matrizes energéticas. O objetivo principal da iniciativa é contribuir com o processo de desenvolvimento econômico e social do estado. "Nosso objetivo é contribuir de forma positiva para que o Espírito Santo continue no rumo certo. São muitos os desafios a serem superados e o Crea-ES reafirma seu papel de parceiro do Estado nesta empreitada", afirma Fiorotti.

O presidente Fiorotti esclareceu ainda que "praticamente todos os arranjos produtivos locais passam direta ou indiretamente pelas mãos dos profissionais do Crea. Além disso, o setor tecnológico, do qual fazemos parte, representa em nível nacional cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do país", concluiu o presidente.

Nova carteira profissional não terá mais prazo de validade

O campo "validade" da carteira de habilitação profissional do Sistema Confea/Crea será substituído pelo campo "data de registro". Essa é uma das definições da Resolução nº 519, aprovada pelo plenário do Confea no dia 13 de outubro. O documento também estabelece a isenção da taxa de expedição no momento da substituição da carteira antiga, com validade de cinco anos, pela nova.

O normativo visa a atribuir validade indeterminada à carteira de registro profissional. "O que melhorou agora foi a burocracia. Antes, o profissional tinha que se dirigir ao Crea de tempos em tempos para solicitar nova carteira, apresentar documentação, etc. A Resolução nº 519 facilita o dia a dia dos profissionais", disse a conselheira federal integrante da Comissão de Organização, Normas e Procedimentos Ana Karina Batista.

Conforme o texto aprovado, o profissional deve requerer junto ao seu Crea, sem taxa, a substituição da carteira de identidade com validade de cinco anos pela de prazo indeterminado. O mesmo vale para os profissionais que já estiverem com a carteira vencida. Nesses casos, é dever do Crea notificá-los e orientá-los a requerer a substituição do documento. Os profissionais que estiverem com as carteiras vencidas continuam a ter seus direitos garantidos no Crea e a responder por suas obrigações.

No momento em que solicitar nova carteira, o profissional deve aproveitar para atualizar seu cadastro no Sistema de Informações do Confea (SIC).

(Fonte: Confea)

Estação de tratamento de esgoto de Maguinhos, Serra/ES (Foto: Cesan)

SANEAMENTO AMBIENTAL

Planejar e investir em **saneamento ambiental** deve estar entre as prioridades dos gestores públicos capixabas

Conheça as principais iniciativas, a participação dos profissionais da área tecnológica e os benefícios proporcionados para a população

O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 traz como uma das metas do Estado a universalização dos serviços de saneamento básico até 2025, o que significa dizer que toda a população capixaba será beneficiada no que se refere ao acesso à água e ao tratamento de esgoto e de resíduos sólidos (lixo). "Até 2025 o Espírito Santo alcançará padrões de desenvolvimento próximos aos dos países com as melhores condições de vida na atualidade. E isto não é um sonho. É um projeto viável", afirma o Governador Paulo Hartung, no texto de abertura do documento citado, elaborado em 2006.

À frente da próxima gestão pública estadual estará o Eng. Florestal Renato Casagrande, eleito Governador do Espírito Santo nas eleições 2010. Sua campanha vitoriosa afirmava a continuidade e o avanço em direção a um Espírito Santo cada vez mais desenvolvido e marcado pela sustentabilidade e qualidade de vida. Sem dúvida, um dos principais desafios será o de investir e ampliar os serviços de saneamento em terras capixabas.

O saneamento ambiental, muitas vezes, é pouco discutido não apenas durante campanhas eleitorais. Muitos gestores públicos não o tratam como prioridade. Talvez por comentários de que não se ganha votos ao prometer melhorias do setor o que poderia explicar em parte as péssimas situações que alguns municípios brasileiros apresentam em relação aos serviços que englobam a área.

"Universalizar e qualificar os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, da drenagem das águas pluviais e do controle ambiental da ocupação do solo urbano, se constitui num desafio que ultrapassa as barreiras ideológicas e que requer esforços conjuntos do estado nas três esferas da Federação, da iniciativa privada e de toda população brasileira. O saneamento ambiental está diretamente ligado às profissões do Sistema Confea/Crea e seu avanço sinaliza que o Brasil estará vencendo a luta da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Há esperanças quando planejamento e ação andam juntos", defende o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti.

Nas próximas páginas é possível conferir parte do trabalho planejado e até mesmo já executado de algumas iniciativas recentes que trazem esperança para a população capixaba e que resultará em melhorias importantes nos índices de qualidade de vida nos próximos anos.

Nos anos 1990 **quase 60%** das casas não eram ligadas à rede de esgoto

Antes da década de 1970 o Brasil era marcado pela ausência de uma Política Nacional de Saneamento Ambiental. Até então, os serviços de saneamento básico eram executados por diversos órgãos, embora a responsabilidade fosse do município. Estas entidades articulavam as políticas de saneamento através da Fundação Sesp - Fundação Serviços de Saúde Pública (órgão sob a supervisão do Ministério da Saúde) e de Órgãos Federais, juntamente com os estados e municípios de maior receita operavam os serviços de abastecimento de água e coleta, tratamento e disposição final do esgoto através de autarquias e órgãos públicos.

Em 1971 foi criado o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) que tinha como objetivo definir fontes de financiamento e melhorar a situação do saneamento no país. O Planasa atuava basicamente no abastecimento de água e esgotamento sanitário utilizando recursos do FGTS e era gerido pelo BNH - Banco Nacional de Habitação. Foi responsável pela criação de companhias estaduais de saneamento (água e esgoto) públicas com controle acionário do estado que passaram a dominar o "mercado" de saneamento no país.

Essa centralização da política de saneamento básico se deu porque a liberação dos recursos e financiamentos estava condicionada à contratação, pelo município, das companhias estaduais; isto induziu a maioria dos municípios brasileiros a se desligarem da gestão dos serviços em questão.

O Planasa defendia que o sistema deveria gerar recursos, via tarifas, para se autofinanciar e ressarcir os investimentos realizados. O critério do investimento não era o aumento da qualidade da saúde da população, mas o retorno financeiro pela prestação do serviço. Com a crise econômica das décadas de 80 e 90 do século XX, o Estado Brasileiro passou a atuar de forma seletiva, em um momento que a demanda dos serviços eram crescentes, devido ao grande deslocamento de pessoas do campo para a cidade e as metas do Planasa de atendimento de 90% em abastecimento de água e 60% em esgotamento sanitário não foram atendidas.

Já na década de 90 a privatização avançou sobre o setor de saneamento. Com o fracasso e a extinção do Planasa, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciou uma campanha para a privatização do setor, caracterizada por uma grande redução dos investimentos pelo governo federal - com a desculpa da inexistência de recursos públicos - e a veiculação da ideia das vantagens da implantação da eficiência e competitividade do setor privado no serviço de saneamento. Neste período foi criado o Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS, que seguia as diretrizes do FMI, BIRD e Banco Mundial para a desestatização do setor, sendo este último o responsável pelo financiamento dos investimentos a serem realizados pela iniciativa privada. O processo de privatização foi interrompido devido a pressões populares.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE realizada em 1997 constatou que 22,3% dos domicílios não eram atendidos pelo abastecimento de água e que 57,1% dos domicílios não estavam ligados à rede de esgoto.

Em 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, são retomados os investimentos públicos no saneamento. No âmbito do Ministério das Cidades foi criada a Secretária de Saneamento Ambiental, responsável pela formulação e articulação dessa política no

conjunto do Governo Federal.

Com a aprovação do marco regulatório do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), foram estabelecidos pela primeira vez as diretrizes e orientações para uma nova Política Nacional de Saneamento, regulando o papel dos municípios, estados e do setor privado na prestação e operação dos serviços de água e esgotamento sanitário. Com a nova lei da Política Nacional de Saneamento, o conceito de saneamento básico foi ampliado, passando a ter a mesma conotação do saneamento ambiental, incorporando assim o manejo das águas pluviais, de resíduos sólidos e controle de vetores.

Cartilha publicada pelo Crea-ES trata dos aspectos políticos, gerenciais e legais do saneamento no Brasil. Uma versão digitalizada pode ser acessada em www.creaes.org.br

Um país cheio de **contrastes**

O Brasil é um país de dimensões continentais e está localizado onde ocorre uma série de condições geográficas diferenciadas. Ao analisar cada região é possível perceber uma variedade climática, econômica, sociocultural, assim como características diversas de solo, relevo, fauna e de organização das cidades. São muitos os contrastes. Se por um lado, temos cidades com alto índice de industrialização, em outras localidades se pratica ainda uma agricultura extensiva com pouco uso de tecnologias. Com relação à oferta de água também existe uma grande disparidade entre as regiões brasileiras.

Um morador do sertão nordestino pode nos relatar uma vivência específica em relação aos recursos hídricos. Ao viver num sistema ambiental denominado caatinga, este brasileiro estará sujeito a temperaturas médias anuais bastante elevadas bem comuns ao clima semi-árido. Seus pés já se acostumaram a pisar um solo pedregoso e sua lavoura precisa vencer grandes ciclos de seca que só dão trégua no início de cada ano. O noticiário nacional, quando trata deste pedaço importante do país, costuma expor mazelas provenientes da falta de políticas públicas e tudo que está atrelado a isso como baixa escolaridade, pouca renda e alto índice de mortalidade infantil.

Mas, se a asa-branca, ave integrante da fauna da região, se deslocar da caatinga em direção ao sul do Brasil, ela vai se deparar com um cenário bastante diferente ainda que depois de atravessar uma grande faixa de transição. O clima seco e a escassez de água, aos poucos, dão lugar a terras em que a abundância de águas e o relevo permitem a instalação de hidrelétricas e onde o clima tropical prevalece. O cenário é mais urbanizado, populoso e abastado se comparado com outras regiões.

Somos privilegiados em grande parte, mas temos muito o que nos preocupar em relação aos recursos hídricos. O que nos leva a crer que iniciativas de reuso e conservação das águas precisam ser pensadas a partir de cada realidade local. Entre as boas notícias está a recente divulgação feita por cientistas brasileiros sobre a descoberta de um aquífero na Amazônia que pode ser o maior do planeta. Denominada "Alter do Chão", a reserva subterrânea tem volume de 86 mil km3 de água potável e fica localizada mais precisamente sob os estados do Pará, Amapá e Amazonas.

Situação da água no ES

Presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Sueli Passoni Tonini.

O Estado do Espírito Santo apresenta hoje apenas 10% de cobertura florestal, resultado de séculos de ações predatórias. Os recursos hídricos também não são tão abundantes como os de estados vizinhos, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O maior rio capixaba é o Doce, que em Minas, onde ele nasce, é classificado como um rio médio.

Há também a questão dos baixos índices de precipitação na maior parte da região Norte do Estado, que apresenta rios com menor volume de água do que os localizados das regiões Sul e Serrana, sendo que esta última encontra-se em situação mais confortável com relação à disponibilidade hídrica devido à conservação florestal e a períodos mais chuvosos.

Entre os setores produtivos que mais utilizam a água está a agricultura por conta da irrigação, indústrias e o saneamento básico, responsável, em grande parte, pela degradação dos recursos hídricos devido à quantidade de esgoto que ainda é lançada in natura nos cursos d'água.

A ocupação desordenada, desmatamento e a falta de programas de tratamento de esgoto e de políticas eficazes para a gestão ambiental ao longo dos anos, resultaram em poluição e o assoreamento dos rios capixabas.

"O Governo do Estado baseia-se na premissa de que é inconcebível desenvolvimento sem políticas públicas voltadas para a defesa do meio ambiente e bem estar social. A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável se tornaram um dos principais eixos da administração estadual em seu planejamento estratégico, que estabelece metas como o aumento da cobertura florestal em até 16%", afirma a presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Sueli Passoni Tonini.

Projetos e ações - Em 2008, o Governo do Estado instituiu duas Leis inovadoras. A primeira delas, de número 8.960, criou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fundágua), que destina 3% dos royalties de petróleo e gás e 100% das compensações financeiras do setor hidroelétrico para o financiamento da conservação e melhoria dos recursos hídricos capixabas. Até o momento, o Fundo lançou três editais; dois para a manutenção de mananciais e outro voltado para o fortalecimento de Comitês de Bacias.

A segunda, a Lei número 8.995, instituiu o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), demonstrando que a floresta em pé, além do valor ambiental, tem valor econômico. O Espírito Santo foi o primeiro estado brasileiro a tornar o PSA política pública estadual, por meio do projeto ProdutorES de Água.

Rio Doce - Em relação à porção capixaba da bacia do rio Doce, o quadro é preocupante nas sub-bacias dos rios Santa Joana, São José, Pancas e Santa Maria do Doce.

"Nas áreas que margeiam o rio Doce a situação é relativamente confortável em termos de vazão, uma vez que este é um rio de grande porte", explica o prefeito de Colatina, Eng. Leonardo Deptulski, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, do qual o Crea-ES é integrante.

Durante os últimos dois anos foi elaborado o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce, assinado em julho de 2010. O documento prevê importantes investimentos em saneamento. "Precisamos dos recursos e da equipe de reabilitação, e isso será possível com a implementação da Cobrança e da Agência de Bacia. O princípio da Cobrança é de que quem usa da água, que é um bem público segundo nossa Constituição, para auferir lucro deve contribuir para a sua conservação e recuperação. A implementação da Agência e da Cobrança tem sido amplamente discutida e negociada com todos os segmentos representados nos 10 comitês de bacia com atuação no Doce e deve ocorrer na primeira metade de 2012", acrescenta Deptulski.

Ocorre que os recursos da Cobrança pelo uso da água não devem ser destinados ao financiamento direto de obras de saneamento. Por isso o Comitê trabalha de modo a viabilizar a tomada de recurso por municípios e autarquias municipais para a elaboração de

A situação é preocupante em vários trechos do Rio Doce

projetos e uma parcela para contrapartidas.

Desafios - Alguns grandes municípios da bacia do rio Doce, como Governador Valadares, Ipatinga, Colatina, Coronel Fabriciano e Itabira já estão caminhando para implementar seus sistemas de tratamento, mas grande parte dos municípios não tem condições técnicas e financeiras para elaborar projetos, o que abre um campo para que o sistema de recursos hídricos possa colaborar e melhorar as condições ambientais e de qualidade de vida para a população.

O objetivo é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos. Para isso é fundamental a participação dos usuários, poder público e sociedade civil, além do uso de instrumentos previstos na legislação como o Plano, o Enquadramento, a Cobrança, a Outorga e o Sistema de Informações.

Sustentabilidade

"Falta se estabelecer um pacto para uso da água e solo, em que algumas ações são fundamentais como o uso moderado e conservativo da água, de acordo com a demanda, mas também com as disponibilidades; redução das perdas nos sistemas produtivos, incluindo os sistemas sanitários; implementação de sistemas de tratamento de esgotos sanitários e industriais; combate aos processos erosivos e implementação de ações de recuperação ambiental com incentivo aos produtores rurais para melhorar a disponibilidade de água", defende o Eng. Deptulski.

Água tratada e esgotamento sanitário

A ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto é fundamental para evitar a poluição de rios, lagoas e praias, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Os principais mananciais que abastecem a Grande Vitória são os rios Jucu e Santa Maria da Vitória, atendendo hoje aproximadamente 1,6 milhão de pessoas. O rio Santa Maria da Vitória é o manancial que abastece a região norte de Vitória, parte de Cariacica (região do Contorno), todo o município da Serra e Praia Grande, em Fundão. Já o rio Jucu abastece todo o município de Vila Velha, Viana, grande parte de Cariacica e a ilha de Vitória, até a Ponte da Passagem e o Canal de Camburi.

De acordo com o diretor-presidente da Cesan, Eng. Paulo Ruy Valim Carnelli em função do nível de degradação desses rios, nos últimos anos a Cesan teve que aumentar em 50% a quantidade de produtos químicos utilizados no tratamento da água. "Também foi necessário investir em novas tecnologias para mudar o processo de tratamento da água em algumas estações, que durante as chuvas mais fortes precisaram ser paralisadas, devido a impossibilidade de tratar a água dentro dos padrões exigidos em função do elevado nível de turbidez (sedimentos) da água captada nesses mananciais", destaca.

Ainda segundo o diretor-presidente da Cesan, na estação de tratamento de água de Carapina, onde é tratada a água do Rio Santa Maria, foram investidos R$ 2,9 milhões na implantação de um sistema de flotação, com o objetivo de permitir o tratamento mesmo em condições de turbidez mais elevada.

Outra estação de tratamento de água que recebeu investimentos foi a Santa Maria, situada na rodovia do contorno de Vitória. Os recursos na ordem de R$ 3 milhões de investimentos foram utilizados para aumentar a oferta de água para a Grande Vitória. A capacidade da ETA foi ampliada de 240 para 348 litros por segundo, o que representa uma produção de mais de 30 milhões de litros de água por dia. A estação opera agora com nova tecnologia de flotação, que permite o tratamento mesmo com altos índices de turbidez (barro na água captada no rio).

"Há um projeto intitulado 'Florestas para a Vida' que contribuirá para melhorar a qualidade da água e facilitar o tratamento realizado pela Cesan. Isso porque as ações para a preservação da Mata Atlântica ao longo da margem dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória diminuirão a quantidade de sedimentos (barro) que dificultam o processo de tratamento da água nas estações. A Cesan vai doar R$ 2,17 milhões de recursos próprios para a recuperação da Mata Atlântica no Espírito Santo", adianta Carnelli.

Plano - O planejamento e investimentos constantes são imprescindíveis. Foi executado um Plano Diretor de Esgoto para a Região Metropolitana que estabeleceu as obras e recursos necessários para a universalização

dos serviços na região. Em relação ao interior do Estado, além da realização de obras em diversos municípios nos últimos oito anos, foi contratada a execução dos projetos de esgoto para todos os municípios onde a Cesan tem a concessão.

"A água não pode faltar nunca. Tem que estar disponível 24 horas dos 365 dias do ano. Felizmente, estamos bem na prestação desse serviço e, nas últimas pesquisas que realizamos, o reconhecimento aparece com uma avaliação com nota maior que oito no abastecimento de água pela Cesan. Mas estamos devendo ainda na cobertura dos serviços de esgotamento sanitário e, apesar de alguma resistência da população em pagar por esses serviços onde eles estão disponíveis, a demanda pela implantação de redes de esgoto é grande. Obviamente que a falta da oferta dos serviços gera reclamações. Estamos fazendo obras e projetos para atender a todos, mas deixamos claro que o desafio é grande", esclarece Carnelli.

Águas Limpas

No Espírito Santo, 52 municípios têm seus serviços relacionados ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário sob responsabilidade da Cesan. Empresa de economia mista, a Cesan tem como acionista majoritário o Governo capixaba, que detém 99,85% das ações. A empresa atua também em serviços relacionados aos resíduos sólidos e ao meio ambiente.

O Programa Águas Limpas não é só um projeto de investimentos, mas o nome com o qual o governo batizou também todo o esforço de reestruturação da Cesan. Além de universalizar o abastecimento de água, a Cesan ampliou a cobertura de esgoto tratado de 20% para 40%. E até 2011, a meta é chegar aos 60% de cobertura.

A água tratada é levada para mais de dois milhões de pessoas, com a construção de 1.113 km de redes, 22 estações de tratamento e 15 reservatórios de água de grande porte. Mas a maior parte dos investimentos está em esgotamento sanitário: mais de 1.600 km de redes de esgoto implantadas, 33 estações de tratamento sendo construídas ou ampliadas e 141 estações de bombeamento.

Em 2002, apenas 128.721 domicílios eram atendidos com os serviços de coleta e tratamento de esgotos. Hoje, são 253.336 os domicílios com acesso a redes de esgoto, beneficiando mais de 770 mil pessoas.

Esses são alguns resultados do Programa Águas Limpas, que já teve muitas obras encerradas e muitas ainda estão em andamento. Ampliar a oferta dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto requer altos investimentos. Para universalizar o abastecimento de água nas áreas urbanas e elevar de 20% para 60% a cobertura de esgoto tratado, a Cesan terá investido mais de R$ 1 bilhão ao final dos oito anos do atual governo.

Este ano, são aproximadamente R$ 300 milhões investidos na ampliação dos serviços de saneamento básico nos 52 municípios capixabas onde a Companhia está presente.

Apesar desses investimentos, o déficit do serviço de esgoto continua, porque faltam recursos para atender toda a demanda e reduzir o número de cidadãos que ainda não têm acesso à rede. Estima-se em aproximadamente R$ 2,5 bilhões os recursos necessários para alcançar a universalização destes serviços em aproximadamente 10 a 15 anos na Região Metropolitana. O grande desafio é encontrar novas formas de financiamento para dar conta desse passivo. (Fonte: Cesan)

Diretor-presidente da Cesan, Engenheiro Paulo Ruy Valim Carnelli

Drenagem de águas pluviais

Quando se aproxima a época das chuvas, boa parte da população do Espírito Santo fica apreensiva. Uma série de problemas decorrem da falta de investimentos em pavimentação e redes de escoamento das águas das chuvas.

O principal benefício do saneamento é para a saúde das pessoas. Estudos mostram que a falta desses serviços aumentam os índices de várias doenças de veiculação hídrica, as internações hospitalares e a mortalidade infantil. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra ainda os benefícios econômicos da universalização do saneamento que, além de melhorar a saúde da população, valoriza o imóvel, aumenta a produtividade e a renda do trabalhador.

Uma experiência que já está a todo vapor é o Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDDU) que está sendo colocado em prática pela Prefeitura Municipal de Vitória. Trata-se de um instrumento de planejamento que visa regulamentar a ocupação do solo em uma área urbana, indicando medidas estruturais (que são as obras) e não-estruturais (campanhas educativas, por exemplo), relacionadas ao sistema de drenagem.

R$ 243 milhões

recurso a ser investido nas obras indicadas pelo PDDU de Vitória

Desafios

- Alagamentos;
- Ocupação desordenada do espaço urbano;
- Crescimento de áreas impermeabilizadas em terrenos particulares;
- Áreas formadas por aterro com elevado nível do lençol freático.

O objetivo geral é estabelecer um plano de ações a curto, médio e longo prazo, no sentido de reabilitar o sistema de drenagem existente, ampliar a cobertura do serviço, bem como aumentar sua eficiência, através da implantação de novas unidades operacionais e ações não estruturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

"O PDDU deve ser elaborado em consonância com demais planos e leis vigentes no município e ser a principal ferramenta de planejamento da drenagem. Este plano também é de fundamental importância para todos os municípios brasileiros, tendo em vista que pela Lei 11.445/2007, do Saneamento Básico e pelo decreto 7217/2010 que regulamenta tal Lei, para se conseguir recursos financeiros federais é necessário que o município tenha esta ferramenta de gestão", explica o subsecretário de Execução de Obras de Infraestrutura e Edificações da PMV, Eng. Civil Juscelino Alves dos Santos.

Na capital capixaba, o PDDU foi concluído no segundo semestre de 2008, e apresentou intervenções estruturais da ordem de R$ 243 milhões, destes, R$ 82 milhões foram aplicados nas obras concluídas e o restante está sendo aplicado nas obras que estão em andamento e nas que estão em fase de projeto.

O subsecretário esclarece que como as obras necessárias têm valores expressivos existe a necessidade de se buscar financiamento para a realização das mesmas. As obras que vêm sendo executadas desde então pelo município são as apontadas pelo PDDU como necessárias a curto e médio prazo. Parte delas com recurso disponibilizado pelo PAC e outra cujo órgão financiador foi o BID, além de recursos próprios e de convênio com o Governo do Estado do Espírito Santo.

"Será inaugurada em dezembro deste ano a Estação de Bombeamento de Águas Pluviais na Rua Cândido Portinari, bairro Santa Luiza (com capacidade de bombear 33 m3/s) e as galerias das Ruas Cândido Portinari e José Farias. Os recursos próprios ficaram na ordem de R$ 30 milhões e o convênio com o Governo Estadual em R$ 10 milhões. É dita como a maior estação de bombeamento de águas pluviais da América do Sul e tem como objetivo melhorar o escoamento de parte do canal da Av. Leitão da Silva e da galeria da Rua Dr. Arlindo Sodré", detalha o Eng. Juscelino Alves.

As próximas obras apontadas pelo plano e que estão em processo de licitação são a macrodrenagem dos bairros Maruípe e Jardim Camburi, totalizando um valor aproximado de R$ 80 milhões, tendo como órgão financiador o BNDES.

Subsecretário de Execução de Obras de Infraestrutura e Edificações da PMV, Eng. Civil Juscelino Alves dos Santos.

A bacia do Parque Moscoso está na fase de elaboração de projeto, com recurso próprio e as bacias dos bairros Praia do Canto, Bento Ferreira, Universitário, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá e Santo Antônio estão em fase de captação de recursos pelo PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal), para elaboração de projetos e execução de obra.

O PAC 2, em 2010, disponibilizou para todos os municípios do país R$ 10 bilhões para projetos e obras de drenagem urbana e R$ 1 bilhão para contenção de encostas.

Destinação **correta** dos resíduos sólidos

Por vezes deixamos de pensar nos cuidados que devemos ter para que nossas práticas cotidianas causem o mínimo de impacto possível no meio ambiente. Adquirimos vários produtos, usufruímos deles e depois descartamos a embalagem em local adequado, mas o que acontece depois disso? E qual a responsabilidade das empresas que incentivam este consumo?

"Muito do que consumimos deixou de utilizar embalagens retornáveis. Se por um lado as empresas deixaram de gastar com o frete de seus produtos em recipientes mais pesados, de vidro por exemplo, o peso que o papel e o plástico de embalagens longa vida, pet e outras representam quase 35% do peso do lixo que precisa ser recolhido e tratado pelas prefeituras. O custo é muito alto para o cunsumidor", aponta o Eng. Civil com especialização em Engenharia de Saúde Pública Carlos Roberto de Lima.

Com relação à legislação, o setor conta com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, e a Política Estadual de Resíduos Sólidos, de 2009. Embora elas representem muitos avanços, estamos apenas inaugurando um período que exigirá ainda muito trabalho para que as Prefeituras - que são as responsáveis pela prestação de serviços públicos de manejo de resíduos sólidos (do lixo); o setor produtivo; e a sociedade em geral. "Falando especificamente da Lei nacional, a PNRS, ainda falta fazer muita coisa para que ela seja efetivada. Falta preparar os municípios menores para aplicá-la, com legislações locais complementares, com os planos municipais ou regionais de resíduos sólidos, com a estruturação técnica e gerencial dos órgãos municipais responsáveis. Falta estabelecer mecanismo de cobrança pelos serviços divisíveis de manejo de resíduos sólidos (lixo), de modo a torná-los autosustentados econômicamente", esclarece Carlos Roberto que é também Subsecretário de Programas Urbanos e Gerente do Projeto ES sem Lixão, ligado à Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Governo Estadual.

A PNRS ainda não foi regulamentada. Entre os principais avanços da referida lei está a gestão compartilhada dos resíduos sólidos. O que já vem sendo feito pelo setor da construção civil, que é responsável legal, em muitos municípios, pelo recolhimento, tratamento e destinação final do lixo (resíduos sólidos) de suas obras, precisará ser aperfeiçoado e praticado também por outros setores como por exemplo os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde. Terão também que adotar nova postura outros estabelecimentos comerciais e de serviços produtores de grandes quantidades diárias de lixo.

Fazem parte desta nova postura os investimentos em logística reversa. Na prática ela significa a volta do produto, ou da embalagem, das mãos do consumidor para o estabelecimento comercial e, em seguida, para o fabricante, que será o responsável pela coleta, transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos oriundos da sua atividade. "A logística reversa é um dos avanços mais importantes da PNRS, mas a própria Lei ao mesmo tempo gerou uma certa frustração ao torná-la obrigatória apenas para um grupo de resíduos (pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; - produtos eletroeletrônicos e seus componentes), perdendo a oportunidade histórica

de incluir no artigo 33 a obrigatoriedade para embalagens plásticas (sacolas, garrafas pet, copos, etc.), tipo tetra pak, de vidro, metálicas e outras, que juntas representam aproximadamente 35% do peso do lixo que é coletado pelas prefeituras, e que são, na quase totalidade, recicláveis", explica o Eng. Carlos Roberto.

Benefícios - A gestão adequada de resíduos sólidos traz inúmeros benefícios à população. São conhecidos os benefícios à saúde pública em decorrência da prevenção a doenças associadas ao lixo, como por exemplo a dengue. Em 2008 a falta de acesso a saneamento básico (água, esgoto, lixo e drenagem urbana) foi responsável por 308,8 internações hospitalares a cada 100 mil habitantes do país. Os benefícios ambientais também já são conhecidos, o lixo não coletado é causa de enchentes e disposto incorretamente é responsável por poluições: do solo e dos recursos hídricos. O turismo também é um setor beneficiado pelo manejo correto do lixo.

Outros benefícios importantes poderão advir do compartilhamento da gestão de resíduos sólidos que se pretende com a PNRS. Ela divide as responsabilidades e despesas com os resíduos sólidos (lixo) que hoje estão concentradas no poder público, entre a cadeia produtiva, governos e a sociedade. Esta medida é, na prática, a aplicação do princípio do poluidor pagador, onde quem gera muito lixo ou gera lixo de características complexas do ponto de vista ambiental e sanitário, deverá arcar com as despesas para coletá-los e tratá-los, acabando assim com a longa injustiça que vem sobrecarregando as prefeituras municipais e consequentemente seus contribuintes.

Reciclagem - No Espírito Santo o cenário não é diferente do brasileiro. A reciclagem em regra continua se baseando no improviso, ou seja, o início da cadeia é sustentada pelo sofrido trabalho de garimpagem feito pelos catadores nas ruas.

"Enquanto a coleta seletiva de lixo não for adequadamente tratada como fonte de matéria prima, os catadores não forem dignamente incorporados como mão de obra dentro de uma cadeia virtuosa onde a tecnologia substitua o primitivismo que hoje assistimos, enquanto a indústria de reciclagem não for tratada como um processo industrial, e enquanto o assunto não for tratado como política pública, os índices de recuperação de materiais para serem destinados à reciclagem, continuarão sofríveis ou continuarão sofrendo altos e baixos", critica o Subsecretário de Programas Urbanos.

O índice médio de reciclagem no Brasil e no Estado atualmente gira em torno de 1% do peso do total de lixo coletado pelas prefeituras, quando este potencial é de 35%.

Projeto **ES Sem Lixão**

"O projeto Espírito Santo Sem Lixão é uma iniciativa do Governo do Estado em parceria com municípios, tendo por base o Plano Estratégico ES 2025. O problema da destinação final é sem dúvida a principal dor de cabeça dos prefeitos e por consequência o primeiro a ser enfrentado, e assim está sendo priorizado.

O modelo concebido no projeto é regional para alcançar a escala viável, onde sistemas serão operados com a implantação de uma logística baseada em transportes municipais, estações de transbordo, transportes regionais e um aterro sanitário, para cada uma das três regiões prioritárias.

Este projeto é pioneiro e deverá fazer do Espírito Santo o primeiro Estado livre de lixões, antecipadamente ao que propõe a PNRS.

A produção difusa dos resíduos sólidos urbanos e a necessidade de direcioná-los para um mesmo local onde possam ser processados é um grande desafio. Na concepção do ES Sem Lixão houve ainda a necessidade de dimensionarmos cada região de modo a garantir uma quantidade de lixo que viabilizasse o emprego de tecnologias do presente e oferecesse condições plenas para que no futuro, novas tecnologias de processamento, hoje ainda inviáveis economicamente, possam ser implantadas no mesmo local do aterro sanitário, que sempre será necessário.

São três as regiões priorizadas no projeto: A norte com 15 municípios, a Doce Oeste com 16 municípios e a Sul Serrana com 28 municípios.

Serão movimentados e destinados adequadamente cerca de 1100 toneladas/dia de lixo coletados pelos 59 municípios que fazem parte das 3 regiões".

Eng. Civil Carlos Roberto
Subsecretário de Programas Urbanos
Gerente do Projeto ES Sem Lixão

Espírito Santo **sediará evento** regional sobre resíduos sólidos e saneamento

Uma das entidades mais atuantes no debate de temas relacionados ao saneamento é a Associação Brasileira de Engenheira Sanitária e Ambiental (Abes). A seção Espírito Santo da Abes, presidida pela Eng. Química Nadja Lima Gorza, realizará entre os dias 4 a 6 de maio de 2011 no Centro de Convenções de Vila Velha o 3º Seminário Regional Sudeste de Resíduos Sólidos & IX Seminário Estadual sobre Saneamento e Meio Ambiente (Sesma).

O objetivo é incentivar o debate relacionado à problemática dos resíduos sólidos e sua interface com o tratamento da água e esgoto. O prazo para inscrição de trabalhos técnicos orais ou posters vai até o dia 15 de dezembro de 2010 no endereço www.abes-es.org.br.

Outras informações com a Comissão Técnica: Rua José Farias, 98/505, Ed. Plena Center, Santa Luzia, Vitória/ES. CEP: 29045-310. Tel.: (27) 3324-5211 / E-mail: abes@abes-es.org.br

Confira o temário do evento

Tema I - Gestão
- Ações Sustentáveis nas organizações privadas, públicas e não governamentais.
- Educação Ambiental.
- Gestão consorciada de resíduos: coleta, transporte, coleta seletiva etc.
- Legislação.
- Políticas públicas: planos de gestão e gerenciamento de resíduos, consórcios públicos.

Tema II – Gerenciamento de Resíduos
- Manejo de resíduos perigosos.
- MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo: Crédito de Carbono, etc.
- Metodologias de redução e recuperação de resíduos.
- Reciclagem e/ou valorização de resíduos.
- Resíduos Especiais: de construção e demolição, resíduos eletrônicos, saneamento, mineração, agronegócio, industriais, saúde, pilhas e baterias, etc.
- Separação e classificação de resíduos reaproveitáveis.

Tema III – Tratamento de Destinação
- Aterros sanitários.
- Tecnologias para o tratamento dos resíduos.
- Tratamentos biológicos (Compostagem e Biometanização, etc.).
- Tratamentos físico-químicos (Incineração, Blendagem e Cooprocessamento, etc.)
- Tratamento do chorume e biogás (Créditos de Carbono)
- Valorização energética de resíduos.

Tema IV - Impacto e Risco Ambiental
- Impactos socioeconômico e ambiental.
- Minimização do impacto.
- Responsabilidade sócio-ambiental.
- Elaboração e Avaliação de Projetos e Empreendimentos.
- Recuperação de áreas degradadas.

Tema V – Produção de Consumo Sustentável
- Inovação Tecnológica e Modernização Industrial.
- Produção e consumo sustentável: P + L = Produção mais Limpa, etc.
- Análises do Ciclo de Vida.
- Logística Reversa.
- Incorporação de resíduos em outros processos produtivos.

Construindo um Mundo Sustentável

De forma lúdica, crianças foram estimuladas a construir habitações sustentáveis na Feira do Verde

Em novembro deste ano o Crea-ES participou mais uma vez da Feira do Verde, realizada na Praça do Papa, em Vitória (ES).

A XXI edição do evento foi realizada entre de 16 a 21 de novembro e recebeu cerca de 130 mil pessoas que circularam pelos estandes e conferiram as programações científicas, técnicas e educativas com o tema "Ciência e Tecnologia - Instrumentos para um Mundo Sustentável".

O Crea-ES abordou em seu estande o tema "Construindo um Mundo Sustentável". Durante os seis dias de evento, foram disponibilizadas peças de Lego para estimular a criatividade das crianças na construção de habitações sustentáveis, com representações de recursos como utilização de energia eólica, aproveitamento de energia solar e das águas da chuvas.

O objetivo do Conselho foi desenvolver nos jovens habilidades e competências essenciais para os desafios da sustentabilidade, tendo como referência a utilização dos princípios da Engenharia e da Arquitetura na construção de um mundo ambientalmente responsável.

Abertura - Na manhã do dia 16/11 foi oferecido o café da manhã de abertura da Feira do Verde. O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, participou da solenidade e falou em nome dos apoiadores, colaboradores e patrocinadores do evento. Participaram ainda o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Vitória, Roberto Mannato Valentim; o presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Vitória, Sergio Magalhães; o presidente em exercício da Câmara Legislativa do ES, Rodrigo Chamoun; o prefeito municipal de Vitória em exercício, Alexandre Passos; o governador em exercício, Elcio Álvares; o vice-governador eleito, Givaldo Vieira; e os vereadores de Vitória, Reinaldo Bolão e Zezito Maio.

SEE completa seis décadas em defesa da valorização profissional

Integrantes da mesa solene elogiaram o pioneirismo da entidade na organização dos profissionais da engenharia do Espírito Santo

Criada em 25 de setembro de 1950 e reconhecida como utilidade pública estadual pela Lei nº 668, promulgada em 10 de dezembro de 1952, a Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) completou seis décadas este ano e para comemorar realizou um congraçamento, em Vitória.

O evento, realizado no dia do aniversário da entidade (25/9), teve o apoio do Crea-ES e contou com a participação de autoridades profissionais e políticas, familiares e convidados. Na oportunidade, dezenas de engenheiros, arquitetos e empresários foram homenageados com o Prêmio Mérito da Engenharia Profissional 2010, em sua primeira edição.

Para compor a mesa de honra, o presidente da SEE, Eng. Civil José Maria Cola dos Santos convidou o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti; o presidente da Federação Brasileira das Associações de Engenheiros (Febrae) e presidente do Crea-SP, Eng. Civil José Tadeu da Silva; o diretor da SEE e da Mútua-ES, Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida; o presidente da Sociedade Espíritossantense de Engenheiros Agrônomos (SEEA), Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira, representando as entidades de classe do Crea-ES; o conselheiro do Crea-ES, Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira, representando os ex-presidentes da SEE; o presidente da Findes, Lucas Izoton, representando as empresas da área tecnológica do estado; e o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES), Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto.

O Eng. Civil José Maria Cola fez um breve resgate histórico da entidade. "Tenho orgulho de fazer parte da SEE quando a entidade completa 60 anos de atuação. Trata-se de um marco histórico na formação do profissional engenheiro no Espírito Santo. Pioneira e desbravadora, a SEE abriu caminho e clareiras, produziu debates e estimulou a organização do mercado de trabalho para todos os engenheiros neste estado ao longo de seis décadas. A missão da SEE é perene de sempre acentuar e contextualizar nossa posição de vanguarda, realizando de forma objetiva, prioritária e permanente ações de valorização profissional, com responsabilidade e sempre no rumo do desenvolvimento", disse o presidente da SEE.

A SEE contribuiu para a criação da Escola Politécnica do Espírito Santo, atual Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); e participou também do início da Escola Técnica Federal, hoje chamado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

Prêmio Mérito da Engenharia Profissional 2010

Um dos homenageados com o Prêmio Mérito da Engenharia Profissional 2010 foi o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti. "A SEE é referência para os profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Crea. A entidade foi fundamental para o início da organização desses profissionais no estado. Até a década de 1960 os profissionais que atuavam aqui eram registrados numa seccional ligada ao Crea-RJ. A SEE atuou também na transformação dessa seccional em Crea-ES", lembrou Fiorotti.

O presidente do Crea-ES entregou uma réplica em miniatura do memorial construído em comemoração aos 50 anos do Crea-ES para o presidente do Crea-SP, Eng. Civil José Tadeu da Silva; para o presidente da Findes, Lucas Izoton; e para o presidente da SEE, Eng. Civil José Maria Cola dos Santos.

Durante o evento, empresários e profissionais também foram agraciados com o livro "Crea-ES 50 anos - Uma História da Engenharia no Espírito Santo", de autoria do jornalista Adilson Vilaça e edição do escritor Maciel de Aguiar.

Lançamento de Revista

Os participantes da solenidade em comemoração aos 60 anos da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros puderam conferir ainda o lançamento do primeiro número da Revista SEE.

A capa da publicação traz uma foto atual da Praia de Camburi, em Vitória. O projeto gráfico é de autoria do publicitário Adriano Uliana e o conteúdo é repleto de artigos de autores renomados e entrevistas com autoridades profissionais. Entre eles o Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva, Eng. Civil João Carlos Meneses, Arquiteto e Urbanista André Tomoyuki Abe, Eng. Civil José Augusto Pimentel Borgo, Eng. Eletricista e Seg. Trab. Áureo Buzatto, entre outros profissionais.

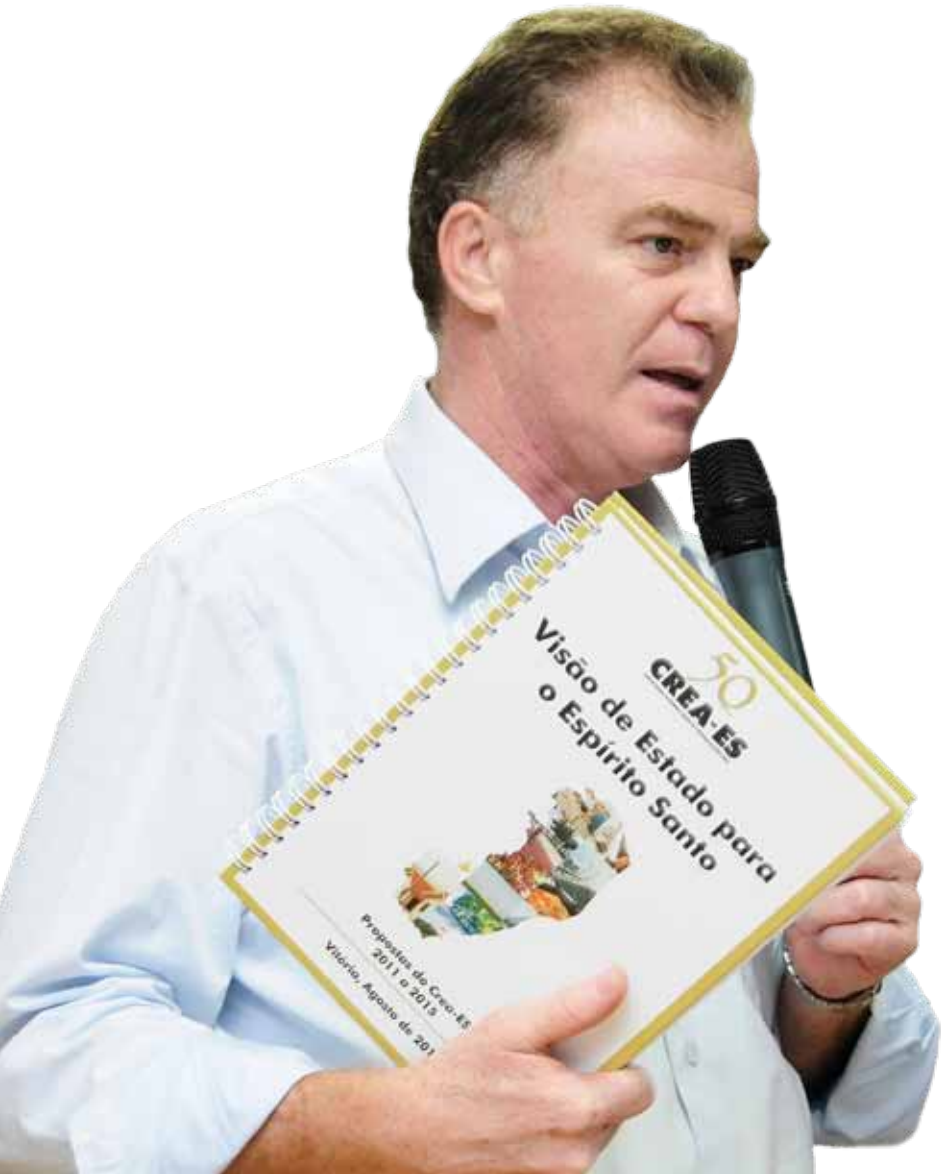
Presidentes da SEE

Confira a lista de profissionais que já ocuparam o cargo de presidente da SEE:

Roberto Vianna Rodrigues
Harry de Freitas Barcellos
Luiz Palma Lima
Filemon Tavares
Hercílio Bastos Figueiredo Filho
Telmo Gonzaga Teixeira Lima
Jair Marino
Luiz Carlos Rodrigues Sobrinho
Rodrigo Américo Pereira
Marco Antonio Barboza da Silva
José Antônio do Amaral Filho
José Maria Cola dos Santos (atual)

Entrevista/ Governador eleito do Espírito Santo Eng. Florestal Renato Casagrande

Ainda na condição de candidato ao cargo de Governador do Estado do Espírito Santo e após receber o documento "Visão de Estado para o Espírito Santo - Propostas do Crea-ES 2011 a 2015", o Eng. Florestal Renato Casagrande concedeu entrevista onde aponta o que será prioridade em sua futura gestão



O Crea-ES formulou uma série de propostas que foram compiladas no documento "Visão de Estado para o Espírito Santo - Propostas do Crea-ES 2011 a 2015". O objetivo é auxiliar o próximo governo em temas relacionados à área tecnológica. Como o senhor vê este tipo de postura e ação?

Entendemos de forma muito positiva o interesse dos setores organizados da sociedade em contribuir para a formulação de políticas para o nosso desenvolvimento. Afinal, ninguém conhece melhor a respectiva situação do que as entidades representativas de cada segmento. No caso específico, podemos dizer ainda que os engenheiros têm uma visão ampla dos problemas que entravam o crescimento econômico regional. De forma que sua contribuição foi muito oportuna e bem vinda.

Como o senhor vislumbra a parceria entre seu governo e o Crea-ES?

O CREA tem uma atuação muito positiva em nossa sociedade. Congrega profissionais que estão diretamente relacionados com as questões fundamentais da competitividade das empresas, portanto, de nosso desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento no mundo contemporâneo privilegiam, desde mais de uma década, a inovação como instrumento forte das empresas para conquista de novos mercados. Mas, ainda não absorvemos entre nós integralmente essa nova cultura. Portanto, a difusão da cultura da inovação pode ser uma área importante de parceria entre o CREA e a Secretaria responsável pelas políticas de desenvolvimento.

Os profissionais da área tecnológica são cada vez mais cobrados a apresentar soluções que diminuam os impactos ao meio ambiente. Como o Governo do Estado pode contribuir neste aspecto?

Continuaremos fortalecendo o sistema estadual de ciência e tecnologia e, com certeza,

a linha de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas é uma das nossas prioridades. Sabemos que temos competências locais para a realização de bons trabalhos sobre este tema.

Como devem ser os investimentos em infraestrutura no Espírito Santo para que a economia prospere ainda mais? Quais os principais gargalos identificados e como o senhor pretende lidar com eles?

Os principais eixos da infraestrutura em nosso estado estão sob a responsabilidade do governo federal. A economia capixaba cresceu muito nos últimos anos tornando superada a nossa capacidade de transporte de mercadorias, seja para o mercado nacional, seja para o mercado externo. Vamos liderar uma forte mobilização das forças políticas locais visando uma articulação com o Governo Federal e com o setor privado tendo em vista a duplicação de nossas principais estradas e a construção de novos terminais portuários, bem como do aeroporto. No que diz respeito aos ativos estaduais, nosso planejamento prevê investimentos de ampliação de, pelo menos, R$ 1 bilhão nos próximos quatro anos.

O Espírito Santo é destaque em algumas culturas como o mamão papaia, café, morango entre outras. Quais são suas propostas para o agronegócio capixaba?

Nós conhecemos a importância do agronegócio no contexto da economia capixaba, especialmente na geração de empregos para parcela significativa de nossa população. O ES também já domina bem as tecnologias direcionadas para as culturas mencionadas. Nossa linha de atuação continuará estimulando a assistência técnica e a melhoria de estradas para um escoamento mais fácil e com menores custos de nossa produção.

Como o senhor pretende resolver os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores que praticam a agricultura familiar?

O ES é reconhecido como um estado onde predominam as pequenas propriedades. Por isso, toda a política agrícola local deve dar atenção muito especial para este segmento. A ampliação do crédito, da assistência técnica e de melhorias nas condições de acesso aos mercados são nossas principais preocupações em relação a estes setores. Complementarmente, o reforço nos programas de saúde, educação, comunicação, capacitação devem contemplar ações específicas para o atendimento daqueles que vivem na zona rural.

Haverá incentivo ao agroturismo para estes produtores?

É importante que cada comunidade faça o seu planejamento, definindo quais são as áreas que pretendem crescer ou como gerar mais rendas e empregos para os seus membros. Ao estado, por meio de suas políticas e instrumentos ao seu alcance, cabe o papel de apoiar e oferecer as condições adicionais, como crédito, capacitação, transporte, dentre outras, para que as comunidades possam realizar os seus projetos.

Quais são suas propostas para o avanço da educação tecnológica no Espírito Santo?

Nós queremos ampliar a rede estadual de ensino profissional, especialmente os cursos e unidades relacionados à área técnica. Nossa meta que cada município tenha, pelo menos, uma escola de ensino médio integrado ao profissionalizante. No nível superior, compreendemos que o ES precisa aumentar a oferta de vagas nas carreiras das engenharias, biológicas e exatas, particularmente nas instituições públicas. Por isso, vamos continuar apoiando a ampliação da UFES e do IFES e iniciar o investimento de implantação de um Centro Estadual de Ensino Superior.

Quais serão as metas de seu governo para a área de ciência e tecnologia?

Esta área de política setorial ganhará mais importância em nosso período de governo. Não pensamos que seja o caso de criar novas linhas de atuação, mas de intensificar e ampliar os programas existentes: apoio à formação de mestres e doutores, apoio à pesquisa, apoio à iniciação científica, apoio à divulgação científica e tecnológica, promoção da cultura da inovação e apoio às empresas para o desenvolvimento de novos produtos. Vamos analisar a possibilidade de criar novos instrumentos promotores da inovação durante o debate que faremos do projeto de Lei estadual de Inovação.

Sua experiência como relator na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas pode contribuir de alguma forma para alguma área de seu governo? Seja no trato com as grandes empresas ou na resolução de possíveis problemas ambientais em alguma região do estado?

Acredito que não apenas a relatoria da Comissão, mas a presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado me permitiu participar dos principais fóruns de discussão de todo o mundo, representando o Brasil. Minha principal defesa é por um novo modelo de desenvolvimento onde os recursos naturais sejam utilizados com responsabilidade e respeito à vida. Se eleito governador quero aprimorar a estrutura dos órgãos da área ambiental, reforçando e ampliando seus quadros e investindo em tecnologia. Os programas de recuperação e preservação do meio ambiente serão expandidos. Também vamos acelerar o processo de municipalização do licenciamento para pequenos empreendimentos. Isso vai garantir maior celeridade ao IEMA. Cabe dizer que o Espírito Santo 2025 traz metas ousadas para o setor ambiental, como a elevação de 10% para 16% da cobertura vegetal nativa do Estado. É nessa direção que vamos seguir. Vamos trabalhar com firmeza e transparência para garantir um Estado sustentável para as futuras gerações.

Deixe uma mensagem para os profissionais da área tecnológica abrangidos pelo Crea-ES.

Minha mensagem como cidadão é de agradecimento aos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia por sua contribuição ao desenvolvimento e construção desse país e do nosso Espírito Santo. E minha mensagem como governador é que me auxiliem nesse momento favorável de crescimento na tarefa de levar as oportunidades a todas as regiões e a todas as famílias capixabas.

Crea e Ministério Público firmam **parceria** para garantir acessibilidade

Tema do acordo é a acessibilidade para pessoas com deficiência

O Presidente do Crea-ES Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti se reuniu na tarde do dia 10/11, com representantes da Procuradoria da República do Estado no Espírito Santo para assinar o Termo de Cooperação Técnica que irá unir esforços, no âmbito das atribuições de cada instituição, para zelar pelo cumprimento das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência.

O acordo tem por objeto principal a cooperação técnica, científica e operacional entre as partes, visando estabelecer um mecanismo de ação conjunta e eficiente no que diz respeito à fiscalização do cumprimento das normas de acessibilidade nas edificações administrativas, por entidades da administração pública federal, direta e indireta, envolvendo a elaboração de requisitos e a sua operação.

Em cumprimento à essa exigência, contida no Decreto Federal Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, o Crea-ES deverá auxiliar a Procuradoria na discussão e na avaliação da qualidade técnica dos projetos, obras e outras atuações na área de engenharia, arquitetura e agronomia, quando se tratar de interesse público; buscando inclusive a aplicação das normas legais que assegurem as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência.

Também realizará ações de fiscalização decorrentes dos procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público Federal, além de sugerir técnicos de seu quadro profissional para ministrar palestras de divulgação, orientação e treinamento sobre condicionantes técnicos de acessibilidade e afins.

Cabe à Procuradoria da República no ES, verificar se os órgãos públicos federais contemplam as exigências relacionadas à acessibilidade, sujeito à aprovação das prefeituras municipais.

De acordo com a Procuradoria, tanto o órgão quanto o Crea devem ter como missão institucional garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida às edificações públicas, e conta com o apoio do Conselho para o cumprimento da lei.

O presidente do Crea-ES Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti afirmou que é uma satisfação enorme para o Crea executar, juntamente com o Ministério Público, ações para o cumprimento da legislação pertinente à acessibilidade. "Mais que um convênio, esse acordo é, na prática, uma celebração aos direitos humanos", disse.

Estiveram presentes na reunião o Presidente do Crea-ES Eng. Civil e Seg. Trab. Luis Fiorotti, o Gerente Operacional Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, o Gerente de Fiscalização Eng.Agrônomo José Adilson de Oliveira, a Consultora Jurídica do Crea-ES Marlúcia Oliveira Santos, o Consultor Técnico do Crea-ES Arquiteto Kleber Brandão, a Procuradora-Chefe Substituta Nadja Machado Botelho e o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão André Pimentel Filho.

Na hora de construir ou reformar

FIQUE ATENTO à legislação

Art. 16 da Lei 5.194/66

Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

50 anos

CREA-ES

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

A ART VAI MUDAR

A partir de 1º de janeiro de 2011, o formulário de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e seu cadastramento via Internet serão unificados nacionalmente. A ART foi instituída pelo Congresso Nacional em 7 de dezembro de 1977, através da Lei Federal nº 6496/77. A Resolução nº 1025 do Confea, em vigor desde 1º de janeiro de 2010, estabelece novos procedimentos de registros de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e Acervo Técnico. **Acesse a cartilha no site www.creaes.org.br e confira os**